



## capítulo 2 >>

# Tendências de desenvolvimento humano em Angola 1990–2001

### 2.1 Índice de desenvolvimento humano e pós-conflito

O índice de desenvolvimento humano é um índice compósito que pretende medir por aproximação a qualidade de vida ou o desenvolvimento humano de cada país a partir de três dimensões básicas da condição humana: longevidade, conhecimento e rendimento económico. Estas três dimensões básicas são operacionalizadas através de indicadores de esperança de vida, taxas de alfabetização de adultos e escolarização combinada e, produto interno bruto per capita ajustado. O índice é uma média ponderada dessas três componentes, rendimento económico, esperança de vida e nível de educação.

O índice tem várias limitações conceptuais, já que não captura outras dimensões do desenvolvimento humano como por exemplo, o acesso à justiça, níveis de liberdade de expressão individual e colectiva. Por outro lado há novas questões conceptuais emergentes como o Sida e o seu impacto demográfico, em particular a relação pobreza e mortalidade, que afectam desproporcionalmente mais os pobres. Pode-se antecipar que os valores actuais de pobreza absoluta serão reduzidos, se os mais pobres morrerem muito mais como resultado do Sida. Isto, à partida, poderá levar a crer que se está verificando num país, uma redução da pobreza absoluta, o que não será de facto verdade.

Uma outra questão que se pode igualmente levantar sobre a validade do índice, é o seu valor informativo sempre que as suas três dimensões se deslocam em direcções diferentes. Que significado atribuir ao índice, se ele cresce de um ano para o outro como resultado do crescimento da dimensão rendimento, enquanto que as dimensões longevidade e alfabetização sofrem recuos? Uma mel-

horia geral de desenvolvimento humano, deveria ser certamente aquela em que as três dimensões crescem na mesma direcção.

Uma outra questão particular da utilidade do índice, é a sua adequação ao contexto de países em situação de pós-conflito. Como operacionalizar a medição do desenvolvimento humano numa situação de pós-conflito como é o caso de Angola? O desenvolvimento pode assumir o formato de uma recuperação de base ampla ou ser uma simples reconstrução daquilo que o conflito destruiu. Isto pressupõe interrogar-se sob a natureza da própria recuperação económica já que o crescimento económico pode ser polarizado num ou outro sector económico (caso dos petróleos e indústria extractiva de diamantes em Angola). Este tipo de crescimento não é, propriamente, do tipo de pró-desenvolvimento humano, já que não é gerador de um crescimento amplo de empregos, ao mesmo tempo que pode criar desequilíbrios sectoriais e regionais. A natureza da origem do crescimento do produto interno bruto per capita, uma das dimensões do índice de desenvolvimento humano, não captura tais particularidades, mascarando dessa forma, a natureza do próprio desenvolvimento económico.

Outra questão largamente importante num país em situação de pós-conflito, é o desenvolvimento institucional. O capital social foi largamente destruído e a sua reconstrução ou criação em novos moldes, é vital para que o desenvolvimento humano tenha lugar. A criação de instituições públicas, comunitárias e novas regras de jogo democrático e económicas, são vitais para o desenvolvimento humano. Em países saídos de uma guerra, os níveis de confiança comunitário são baixos e isso tem implicações negativas sob a capaci-

*O capital social foi largamente destruído e a sua reconstrução ou criação em novos moldes, é vital para que o desenvolvimento humano tenha lugar.*

dade de acionar mecanismos de acção colectiva, para a realização de projectos comunitários.

Em resumo, poder-se-á afirmar que o IDH foi construído com um viés para capturar dimensões do capital humano, reflectindo com muita dificuldade, as dimensões do capital social. Infelizmente numa situação de conflito, também o capital social (instituições, regras e normas, confiança colectiva, acção colectiva, etc) são afectadas na mesma proporção que as dimensões do capital humano (longevidade, conhecimento e rendimento económico). Medidas mais amplas de capital social, não são contempladas no IDH. Não obstante as suas limitações conceptuais, o IDH permite, no entanto, classificar os países de acordo ao seu desenvolvimento e constitui uma referência obrigatória na medição do desenvolvimento humano.

Angola está considerada nos relatórios das Nações Unidas como um país de baixo desenvolvimento humano tendo nos relatórios de desenvolvimento humano mundial de 2003 e 2004 sido classificada a 11 lugares do último país listado com o pior desempenho em termos de desenvolvimento humano.

A evolução do IDH mostra que houve ganhos mínimos e que a tendência é de uma



## 2.2. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

A evolução de uma década de desenvolvimento humano de Angola é analisada a partir do comportamento dos valores do IDH e das posições relativas do IDH e do PIB per capita (PPC\$) tendo por base a série de dados dos relatórios mundiais de desenvolvimento humano. A tabela a seguir mostra a evolução dos valores dos mesmos.

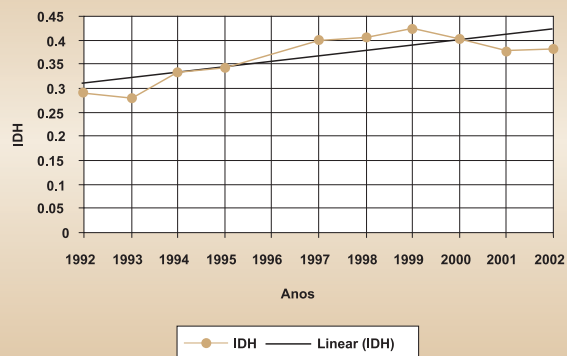
clara estagnação no desenvolvimento humano. A linha de tendência do IDH não mostra que venham a ocorrer grandes saltos positivos nos próximos anos. Isto é indicador de graves problemas estruturais de desenvolvimento que o país está enfrentando, que evidenciam reduções ou mudanças nulas em alguns indicadores de desenvolvimento humano, nomeadamente, a longevidade e o conhecimento. Estas duas dimensões de desenvolvimento humano são de tipo estrutural, em larga medida sendo afectadas positivamente ou não, a médio e longo prazo, por políticas agressivas de saúde pública e educacionais. Na ausência

**Evolução dos valores de IDH e Pib per capita e respectivas posições nos relatórios mundiais de desenvolvimento humano**

	1992	1993	1994	1995	1997	1998	1999	2000	2001	2002
IDH	0.291	0.283	0.335	0.344	0.398	0.405	0.422	0.403	0.377	0.381
Posição IDH	164	165	157	156	160	160	146	161	164	166
Posição Pib per capita	161	166	133	128	143	126	102	125	132	128
Diferencial das posições do Pib per capita e do IDH	-3	1	-24	-28	-17	-34	-44	-36	-32	-38
Real Pib per capita (ppp\$) 1994			1,600	1,839	1,430	1,821	3,179	2,187	2,040	2,130
Fonte	RDH1995	RDH1996	RDH1997	RDH1998	RDH1999	RDH2000	RDH2001	RDH2002	RDH2003	RDH2004

RDH: Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano

Evolução do IDH



de tais políticas, muito dificilmente um país poderá, a curto prazo, evidenciar ganhos nos valores de IDH.

No caso de Angola, na componente de longevidade, tem jogado contra si, a alta taxa de mortalidade infantil. Igualmente os processos de empobrecimento acelerado da última década, promoveram aumentos de morbilidade não contrapostos por políticas de saúde pública e pela criação de redes de segurança anti-pobreza. Já a componente de educação foi largamente afectada pela queda dos orçamentos públicos para a educação, ao longo da década em referência, a destruição de infra-estruturas e o não alargamento de rede escolar para fazer face à dinâmica natural de crescimento populacional e também aos fluxos migratórios provocados pelo conflito armado. Outro factor que também tem concorrido para o aprofundamento da crise, é o empobrecimento das famílias, levando a que os jovens em idade escolar engrossem o sector informal, para apoiar o rendimento familiar.

Em resumo, pode-se afirmar que não se registaram, na década em análise, ganhos em termos de esperança de vida e educação (taxa de educação de adultos e taxa de matrícula combinadas do primário e secundário), indicadores que operacionalizam as dimensões de longevidade e de conhecimento do IDH.

## Caixa 4 - Longevidade no IDH e Papel da Mortalidade Infantil.

Uma das razões do alto nível de mortalidade geral em Angola, está ligada à alta taxa de mortalidade infantil, que faz com que o país seja considerado um dos que tem as mais altas taxas mundialmente. A taxa de mortalidade infantil, ao longo dos anos, não tem sofrido alterações substanciais, o que pressupõe que factores estruturais estarão a influenciar negativamente a não redução, ao longo da última década.

Entre esses factores destaca-se a prevalência da malária no país, que constitui uma das principais causas de mortalidade entre menores de cinco anos. Segundo o Ministério da Saúde, mais de setenta e cinco mil mortes ocorrem anualmente em menores de cinco anos. Por outro lado, também há que acrescentar a forte prevalência de doenças diarreicas agudas e de infecções respiratórias agudas. Igualmente, o sarampo é uma das principais causas de mortalidade entre as crianças, que poderiam ser preveníveis pela vacinação. Estes são alguns factores que têm impacto sobre a mortalidade infantil e como tal, sobre a componente longevidade do IDH.

Por outro lado, a má nutrição geral entre as crianças com idades inferiores a cinco anos, é extremamente elevada: a má nutrição crónica global rondaria os 45% a nível nacional. Quando se comparam as zonas urbanas e zonas rurais, há um diferencial de mais de 7% de má nutrição crónica global nas áreas rurais, o que não é significativo. Há uma má nutrição crónica aguda de 26% nas áreas rurais contra 12% nas áreas urbanas. À parte este indicador,

### Indicadores de mortalidade

Indicadores	1990	1996	2001
Taxa de mortalidade (< 5 anos) por 1,000 nados vivos	292	274	250
Taxa de mortalidade infantil (< 1 ano) por 1,000 nados vivos	173	166	150

Fonte: Ministério da saúde e MICS/1996

todos os outros indicadores conforme a tabela abaixo, mostram que de facto, a situação é estrutural ou seja, encontra-se nas áreas urbanas e rurais, o mesmo nível de situação de má nutrição referente às crianças com idade inferior a cinco anos.

A situação estrutural descrita, implicaria uma abordagem sistémica de políticas públicas que tenham por objectivo tentar reduzir ao máximo os actuais níveis de mortalidade infantil. Se isso não for feito, é muito difícil que a componente longevidade do índice de desenvolvimento humano possa registar melhorias significativas.

Atacar as causas da mortalidade infantil que estão ligadas à prevalência de altos níveis de malária e de subnutrição (os níveis de

**Indicadores de Malnutrição por áreas de residência de crianças com idade < (5 anos)**

	Área:		
	Urbana	Rural	Nacional
	( % )		
Malnutrição crónica global	43	50	45
Malnutrição crónica severa	12	26	22
Malnutrição aguda global	7	6	6
Malnutrição aguda severa	1	1	1
Malnutrição global	30	32	31
Malnutrição severa	8	9	8

Fonte: MICS- Inquérito de indicadores múltiplos, INE-UNICEF, 2001

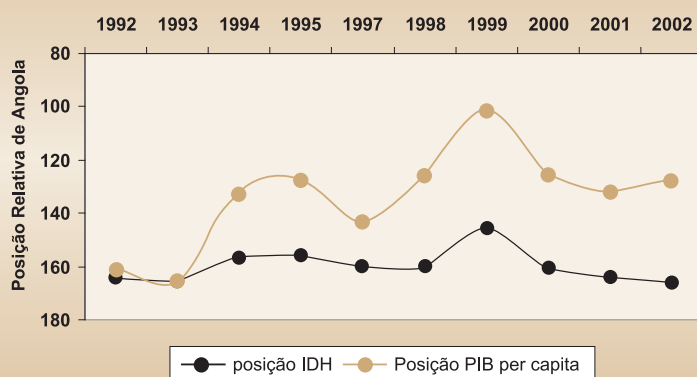
pobreza) poderia levar a uma redução acelerada da mortalidade infantil e assim, conduzir à melhoria da componente de longevidade do IDH. A taxa de mortalidade infantil tem um grande impacto sobre a taxa de mortalidade geral e, se aquela for melhorada, a taxa de mortalidade geral terá um desempenho muito mais positivo e, assim haverá melhorias no nível da longevidade.

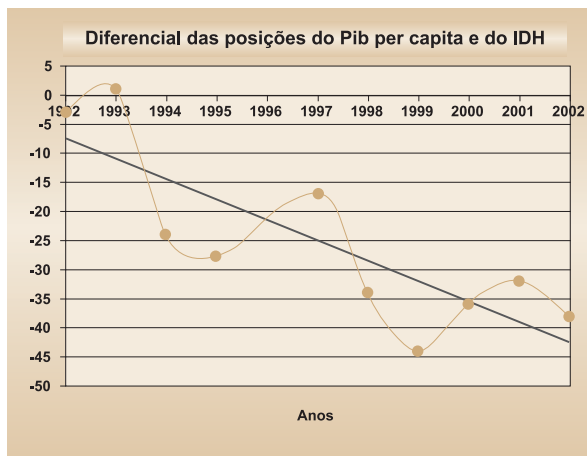
## 2.2.1. IDH e PIB per capita

A terceira dimensão do IDH é o rendimento individual do cidadão medido em dólares americanos com base na paridade do poder de compra nesse país. A posição de um dado país (neste caso Angola) com relação aos outros países no classificador de desenvolvimento humano mundial, melhora sempre que ascender um ou mais lugares neste classificador. Ou seja, estar na posição 100, por exemplo, é melhor do que estar na posição 166. Os gráficos seguintes mostram que enquanto a posição relativa de Angola tem estagnado em termos de globais, já a dimensão de rendimento tem registado ganhos. Por outras palavras, a década passada mostrou que as três dimensões de desenvolvimento humano têm experimentado dinâmicas de desenvolvimento antagónicas, já que enquanto a dimensão “longevidade” e a dimensão “conhecimento” têm registado perdas e estagnação, a dimensão “rendimento económico” tem vindo a crescer.

O facto do valor do IDH não ser largamente afectado por ganhos da dimensão rendimento económico mostra também quanto as outras dimensões de desenvolvimento tiveram na década desempenhos bastante fracos. No cômputo geral, a análise da tendência em cada uma das dimensões do índice fica marcada pelos rumos

**Evolução das posições relativas do IDH e do PIB per capita**





de desenvolvimento antagónicos, deixando transparecer a ideia de que a década passada, em termos de desenvolvimento humano, foi perdida.

desagregado por províncias observando-se que para as províncias com dados para os dois períodos não se registaram alterações significativas. Isto pode significar que no período em análise as políticas públicas de redistribuição da renda não tiveram impacto positivo.

A análise que a seguir se apresenta, mostra as desigualdades sociais no acesso à educação entre os diferentes grupos de despesa (quintis de despesa) a partir dos dados do IDR. A análise está centrada em duas questões fundamentais: acessibilidade ao ensino e conhecimento de facto, medido pela capacidade de um indivíduo saber ler e escrever. Por outras palavras pretendeu-se analisar os processos e produtos da actividade escolar a partir de duas questões chave: se sabe ler e escrever e se alguma vez

### 2.3 Desigualdade e disparidades sociais

A tabela abaixo mostra a evolução do coeficiente de Gini entre dois períodos, 1995 e 2000. O coeficiente de Gini é um indicador de desigualdade social e quanto mais elevado ele fôr, maior é o estado de desigualdade social entre os diferentes grupos de rendimento da população. Normalmente, valores deste coeficiente superiores a 0.3 são indicadores de desequilíbrios sérios em termos de distribuição da renda nacional. Em Angola o coeficiente de Gini sofreu um agravamento passando de 0.54, em 1995, para 0.62 em 2000, o que é demonstrativo de um agravamento das desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres na sociedade.

O coeficiente de Gini foi

#### Distribuição da renda segundo o coeficiente de GINI por províncias

##### Valor do Coeficiente de GINI:

Províncias	1995		1998		2000/01	
	Valor	Posição ordenada a partir do valor mais baixo	Valor	Posição ordenada a partir do valor mais baixo	Valor	Posição ordenada a partir do valor mais baixo
Benguela	0.57	4			0.51	4
Cabinda	0.49	1			0.49	3
Cunene					0.57	7
Huambo			0.68	2		
Huíla	0.59	5	0.68	3	0.51	5
Kwanza Sul						
Luanda	0.50	2	0.66	1	0.49	2
Lunda Norte					0.56	6
Moxico	0.52	3				
Namibe					0.48	1
Uíge			0.72	4		
Nacional	0.54		0.67		0.62	

Fontes: inquérito prioritário (1995) e inquérito de receitas e despesas (2000)

#### Acesso à educação segundo categorias de rendimentos nos períodos pré e pós independência

Categorias de análise	Indicadores	Quintis de despesa total mensal:					Ratio (5/1)	Perda Média entre pobres (processo - produto)
		1 (Mais Pobres)	2	3	4	5 (Mais Ricos)		
Período Pré-Independência	Alguma vez frequentou a escola?	65.3%	69.9%	70.0%	74.1%	87.5%	1.34	
	Sabe ler e escrever?	56.9%	62.1%	63.5%	67.5%	84.4%	1.48	-0.14
	Diferencial entre frequência e saber ler e escrever	8.4%	7.8%	6.5%	6.6%	3.1%		
Período Pós-Independência	Alguma vez frequentou a escola?	86.0%	87.4%	88.1%	91.4%	94.2%	1.10	
	Sabe ler e escrever?	57.7%	62.4%	64.4%	69.7%	80.5%	1.40	-0.30
	Diferencial entre frequência e saber ler e escrever	28.3%	25.0%	23.7%	21.7%	13.7%		

Fonte: IDR

frequentou a escola. A análise foi realizada para várias categorias de análise, nomeadamente, período colonial e pós-independência, cidades e género.

A tabela abaixo mostra que, comparativamente ao período colonial, os diferenciais de perda entre o acesso à escola e a capacidade de ler e escrever são actualmente superiores.

Acesso à educação segundo categorias de rendimentos por áreas de residência								
Categorias de análise	Indicadores	Quintís de despesa total mensal:					Ratio (5/1)	Perda Média entre pobres (processo - produto)
		1 (Mais Pobres)	2	3	4	5 (Mais Ricos)		
Luanda	Alguma vez frequentou a escola?	81,0%	83,5%	86,6%	88,2%	93,3%	1,15	
	Sabe ler e escrever?	57,7%	62,0%	65,9%	69,8%	82,9%	1,44	-0,28
	Diferencial entre frequência e saber ler e escrever	23,3%	21,5%	20,7%	18,4%	10,4%		
Outras Cidades	Alguma vez frequentou a escola?	79,7%	84,0%	85,6%	86,0%	89,1%	1,12	
	Sabe ler e escrever?	56,2%	61,1%	66,6%	69,5%	74,6%	1,33	-0,21
	Diferencial entre frequência e saber ler e escrever	23,5%	22,9%	19,0%	16,5%	14,5%		

Fonte: IDR

Enquanto que no tempo colonial para cada 65 indivíduos actualmente mais pobres que frequentaram a escola 57 sabiam ler e escrever, significando uma perda de 8 %, já no período actual essa perda é de 28%. O quadro é geral para todos os outros grupos de despesa com perdas menores entre os mais ricos. Uma constatação rápida é que os níveis actuais de eficiência de ensino são menores que no período colonial já que se registam perdas mais elevadas. Uma outra constatação é que na primeira fase do período pós-colonial o nível de acesso ao ensino foi superior ao período colonial demonstrativo de uma política nacional de ensino focado na educação de massas em que o direito ao ensino se pretendeu instituir como um direito de facto do cidadão.

Quando a análise é feita entre Luanda e as outras cidades observa-se que as perdas de eficiência são comparativamente iguais o que leva a

pressupor que o problema actual de ensino é sistémico a nível nacional. Os mais pobres têm perdas de eficiência superiores quando comparados com os grupos com maior rendimento económico.

Este interessante dado poderá ajudar a desmistificar um mito que, eventualmente, as melhores condições de ensino se encontrariam na capital do país. A julgar pelos números gerais, o problema de eficiência e acesso ao ensino é sistémico a nível nacional, o que pressupõe que a sua abordagem e busca de soluções terá de ser encontrado ao nível do desenho de políticas.

Já a análise dos mesmos indicadores do inquérito pela categoria de género mostra que o sexo feminino regista maiores perdas, para além de possuir níveis inferiores de acesso à escola. O problema tem características estruturais em termos de acessibilidade embora a problemática de eficiência possa estar mais ligada a questões conjunturais nomeadamente os níveis de pobreza que promovem uma participação forçada mais rápida das raparigas ao mercado informal de trabalho.

A nível nacional, para cada 81 indivíduos

Acesso à educação segundo categorias de rendimentos por sexo								
Categorias de análise	Indicadores	Quintís de despesa total mensal:					Ratio (5/1)	Perda Média entre pobres (processo - produto)
		1 (Mais Pobres)	2	3	4	5 (Mais Ricos)		
Masculino	Alguma vez frequentou a escola?	88,8%	90,6%	90,2%	94,2%	96,5%	1,09	
	Sabe ler e escrever?	69,0%	72,4%	72,7%	79,1%	87,9%	1,27	-0,19
	Diferencial entre frequência e saber ler e escrever	19,8%	18,2%	17,5%	15,1%	8,6%		
Feminino	Alguma vez frequentou a escola?	75,1%	77,3%	79,3%	82,7%	89,0%	1,19	
	Sabe ler e escrever?	47,6%	52,8%	56,3%	60,3%	74,8%	1,57	-0,39
	Diferencial entre frequência e saber ler e escrever	27,5%	24,5%	23,0%	22,4%	14,2%		
Nacional	Alguma vez frequentou a escola?	81,5%	83,8%	84,6%	88,2%	92,7%	1,14	
	Sabe ler e escrever?	57,5%	62,3%	64,2%	69,3%	81,3%	1,41	-0,28
	Diferencial entre frequência e saber ler e escrever	24,0%	21,5%	20,4%	18,9%	11,4%		

Fonte: IDR

mais pobres que alguma vez frequentaram a escola 57 acabaram por declarar que não sabiam ler e escrever. Já entre os indivíduos com maiores posses, esse diferencial é de 11%.

A conclusão geral da análise que foi feita é que os níveis de pobreza aliados ao sistémico nível de ineficiência do sistema de ensino público são factores de promoção da desigualdade social no tocante ao acesso ao conhecimento entre a população. Em última análise pode-se afirmar que os problemas de índole estrutural encontrados estão funcionando como bloqueadores do desenvolvimento humano.

## 2.4. Caracterização da pobreza urbana

Uma caracterização profunda da pobreza urbana em Angola está limitada pela fraca disponibilidade de dados, acesso limitado aos dados de inquéritos aos agregados familiares realizados pelo INE, nomeadamente, o inquérito sobre receitas e despesas e pela fraca produção de informação social económica sistematizada sobre a pobreza urbana. Cientes destas dificuldades, é feito um exercício de aproximação ao problema de caracterização da pobreza urbana, a partir da análise de alguns vectores importantes que poderão ajudar a perceber algumas das principais determinantes do fenómeno pobreza urbana a saber:

- \* Tendências demográficas recentes;
- \* Concentração urbana e atracção pela capital do país;
- \* Evolução do padrão da desigualdade económica e social;
- \* Urbanização acelerada;
- \* Perturbações do mercado de emprego;
- \* Ritmos de inflação elevados;
- \* Programas de combate à pobreza e exclusão social;
- \* A ruptura das instituições públicas;

Pela sua importância estes vectores podem ajudar a perceber as tendências correntes da pobreza urbana em Angola e contribuir para a

necessidade de um estudo mais aprofundado e regular do mesmo. O estudo tentará caracterizar o pentágono das dimensões de pobreza



urbana como sendo: o rendimento/consumo; a segurança de posse de terra/habitação; saúde; educação e participação cívica e social (empowerment).

Um esforço é feito no sentido de, em cada um dos vectores enunciados anteriormente, se analisar as diferentes dimensões de pobreza.

### 2.4.1 Tendências demográficas recentes

A nível mundial assiste-se a um fenómeno de migração das áreas rurais para as cidades, não escapando Angola a essa tendência. No caso particular de Angola, o longo período de conflito armado estimulou esta tendência, com fluxos migratórios acelerados e quase permanentes (com múltiplas etapas, onde determinadas famílias tiveram que migrar várias vezes de um local para outro). Os centros urbanos capitais de província e a capital do país foram as zonas de maior preferência. Os grandes fluxos migratórios no país tiveram

lugar:

- \* aquando da independência, 1975-76;
- \* após a assinatura dos acordos de paz de Bicesse e posterior reacender do conflito 1992-93;
- \* aquando da assinatura dos acordos de paz de Lusaka, 1994-95 e;
- \* entre finais de 1998 e 2000 com o reacender e generalização do conflito.

Estima-se que hoje mais de 40% da população Angolana tenha sofrido em alguma fase da sua existência um processo de deslocação interna nas últimas décadas. Como resultado dos processos migratórios acelerados e involuntários verificaram-se os seguintes fenómenos:

- \* Um processo de pauperização repentino e sistémico, de longo prazo, das populações deslocadas muitas delas vivendo em áreas urbanas ou peri-urbanas;
- \* Uma pressão sobre os equipamentos sociais urbanos já de si saturados e insuficientes para cobrir as necessidades das populações urbanas e suburbanas não deslocadas;
- \* Uma pressão sobre os recursos naturais (terra, água, floresta) junto dos centros urbanos receptores e a consequente degradação destes recursos;
- \* Uma pressão sobre os mercados de trabalho com a infusão massiva de mão de obra maioritariamente sem formação profissional, provocando o aumento do sector informal da economia e, uma pressão descendente sobre os salários e rendimentos médios nesse sector e no mercado de mão de obra formal não especializada;
- \* Uma ruptura nos mecanismos de ajuda familiar que tinha nos membros rurais das famílias alargadas urbanas de primeira geração um elemento importante no suporte à dieta alimentar e acesso dos primeiros aos bens industriais;

- \* Uma fragmentação social pela ausência ou disfuncionalidade de mecanismos de segurança social comunitário e intra-agregado presentes nas áreas rurais. O fenómeno de crianças de rua e na rua, é um exemplo disso;
- \* Um processo de ruralização de atitudes, comportamentos e estilos de vida urbanos;
- \* O aumento do desemprego e subemprego urbanos;
- \* A exposição dos recém-chegados a uma economia monetária, para a qual não estavam preparados.

Por tudo isto, se pode afirmar que o princípio de aceleração económica aplicada aos fenómenos demográficos, teve lugar massivamente na Angola urbana, já que:

1. registou-se um aumento no nível do stock demográfico urbano;
2. este aumento realizou-se a uma velocidade excessiva e pouco habitual; e durante um longo período de tempo;

O caso da análise da pobreza urbana Angolana, centrada no papel que a variável migração tem jogado, contraria em certa medida, alguns estudos de migração interna segundo os quais os migrantes não se encontram entre os mais pobres das suas comunidades de origem ou de recepção, e que a migração interna é responsável por menos de metade do crescimento urbano, o que leva a concluir não existir uma relação simples entre migração e pobreza. (de Haan 1999 e 2000).

### 2.4.2 Concentração urbana e atracção pela capital do país

Como já foi referido anteriormente, os centros urbanos capitais de município não foram os grandes receptores das vagas



migratórias por causa da sua instabilidade militar, levando a que de facto as cidades médias, capital de províncias e a capital do país recebessem o maior contingente de população largamente rural. Segundo algumas estimativas, a população das cidades de Luanda, Benguela, Lobito e Lubango seria no ano 2000, 40 ou 50 vezes mais elevada que em 1940. As cidades costeiras de Benguela e Namibe, registaram uma população em 2000 que era dez vezes superior à de 1970. (DW, ibid.).

Um outro fenómeno pouco estudado, prende-se com o facto de que uma ampla parte das elites provinciais emigraram ou para as cidades do litoral ou para a capital do país. As implicações deste fenómeno sobre os processos de desenvolvimento são enormes, pois sem elites técnicas e empresariais, as possibilidades de desenvolvimento rápido e sustentável a nível provincial e local, ficaram bloqueadas e futuramente, serão muito mais difíceis.

Por tudo isto, a urbanização em Angola é derivativamente a análise da pobreza urbana, deve espelhar a pobreza da capital do país, ela o grande centro urbano desproporcionalmente megacéfalo relativamente às outras cidades. Assim, pode-se afirmar que:

- \* A maior concentração de pobres urbanos se encontra na cidade capital;
- \* Os maiores desequilíbrios de mercados de mão de obra, taxas de desemprego e sub-emprego encontram-se na cidade capital e nas principais cidades capitais de província;

\* O maior florescimento do sector informal da economia encontra-se na capital do país;

\* Os maiores contingentes de deslocados de guerra encontram-se na capital do país ou sua periferia;

Pode-se afirmar ainda, que a epicentragem do poder económico, político e técnico na capital do país, foi acompanhada pela maior concentração de pobreza. Paradoxalmente, a cidade capital do país receberia do Orçamento Geral do Estado no ano fiscal de 2000, um valor anual per capita equivalente a US\$64.00 enquanto que a província de Cabinda receberia no mesmo período 2,3 vezes mais. A capital contribuiria, nesse ano, com duas vezes mais em termos de per capita, para o Orçamento Geral do Estado do que aquilo que recebia .

A tabela abaixo apresenta a distribuição da pobreza urbana por municípios da cidade capital, podendo-se observar que há diferenciais intra-urbanos profundos em termos da localização da pobreza extrema. Os municípios do Cazenga, o mais populoso, da Samba e de Cacucaco apresentam os maiores níveis de concentração de pobreza extrema. O Cazenga possuiria, segundo os dados disponíveis, um terço das famílias em extrema pobreza o que mostra que as manifestações de pobreza são, particularmente, específicas à localização nas áreas urbanas. Seis em cada dez pobres e muito pobres de Luanda vivem nos municípios de Maianga, Sambizanga e Cazenga.

Um outro fenómeno que tem sido também pouco estudado, tem sido a caracterização das cidades capitais do interior do país, algumas das quais foram sujeitas a longos processos de des-urbanização e empobrecimento. Estas podem ser caracterizadas, entre outros sob o ponto de vista de capital físico, pela:

1. ausência regular de provisão de electricidade;

Distribuição da incidência da pobreza por municípios								
Município	Incidência da pobreza:							
	Não pobre		Pobre		Muito pobre			
	No agregad.	Linha %	No agregad.	Linha %	No agregad.	Linha %		
<b>Cidade de Luanda</b>								
Ingombotas	14,288	53%	7,563	28%	5,183	19%	4%	
Maianga	45,424	49%	30,772	33%	16,947	18%	13%	
Rangel	9,979	49%	6,457	32%	4,001	20%	4%	
Sambizanga	28,225	35%	31,329	39%	20,794	26%	17%	
Cazenga	51,301	35%	51,102	35%	42,560	29%	29%	
Kilamba Kiaxi	30,794	46%	24,639	37%	12,103	18%	14%	
Samba	12,522	34%	13,337	37%	10,612	29%	7%	
Cacucaco	3,040	19%	4,781	30%	8,120	51%	3%	
Viana	11,317	41%	9,318	33%	7,278	26%	5%	
							0%	
<b>Total</b>	<b>206,890</b>	<b>40%</b>	<b>179,299</b>	<b>35%</b>	<b>127,598</b>	<b>25%</b>	<b>100%</b>	

dade a todos os bairros destas cidades, mesmo aqueles que estão conectados à rede eléctrica, com destaque para aqueles mais pobres, onde raramente existe acesso à electricidade;

2. sistemas de abastecimento de água potável danificados, alguns deles com a sua respectiva reabilitação ainda em fase de arranque;
3. destruição física dos activos públicos;
4. des-industrialização pela destruição e danificação massiva dos equipamentos e infra-estrutura física e perda de elites técnicas;
5. mecanismos de comércio urbano e rural formal destruídos, levando a uma fraca integração das economias locais.

Sob o ponto de vista humano essas cidades estão caracterizadas pela perda das elites técnicas e empresariais.

Não foram disponibilizados dados que permitissem uma análise sobre a relação entre o tamanho das cidades e o padrão de pobreza. Alguns estudos empíricos realizados noutras partes do mundo têm mostrado que o bem estar dos cidadãos se vem deteriorando mais rapidamente em cidades grandes onde um rápido crescimento demográfico foi observado, como é o caso de Luanda. No caso de Angola, as pequenas e médias cidades, não obstante terem também sofrido o impacto das vagas demográficas, mantêm uma estrutura de produção e relações mais agro-camponesas o que pode explicar a menor incidência de pobreza.

### 2.4.3 Evolução do padrão de desigualdade económica e social urbana

Uma das características mais marcantes do processo de empobrecimento urbano em Angola, tem sido o alargar do fosso entre ricos e

pobres, sendo estes últimos cada vez mais pobres e, os primeiros, cada vez mais ricos. Segundo alguns indicadores de desigualdade económica, tais como o coeficiente de Gini, observa-se que esta desigualdade tem crescido nos últimos anos. O coeficiente de Gini, por exemplo, passou de 0.54 em 1995 para 0.62 em 2001, correspondendo a um crescimento na ordem dos 14,8%. Este crescimento pode ser traduzido no facto de, em 2001, cerca de 23% dos agregados familiares das grandes cidades se encontrarem nos limiares da pobreza extrema, o que, em termos absolutos, equivaleria grosso modo, a cerca de 115 mil agregados a viverem abaixo do limiar de pobreza extrema.

Um outro indicador, que caracteriza o padrão crescente de desigualdade económica e social urbana, é o acesso aos serviços sociais, nomeadamente, a saúde e a educação. A maioria do equipamento social público encontra-se sob stress institucional há bastante tempo, como resultado dos magros orçamentos afectados aos sectores ao longo dos últimos anos.

Em relação aos serviços de educação, as taxas de abandono e aproveitamento escolar, podem servir de bons indicadores de desigualdade social quando o padrão da distribuição dos seus valores é, proporcionalmente, enviesada negativamente, em termos de classes económicas. As elevadas taxas de abandono escolar e as baixas taxas de aproveitamento escolar que caracterizam o sistema de ensino público urbano, prejudicam maioritariamente as classes mais pobres. Isto tem implicações sobre os processos de empobrecimento sistémico dessas famílias, pois retira às suas gerações mais jovens, um dos mecanismos de mobilidade social que é o acesso à educação e daí, a oportunidade de acesso a melhores empregos e rendimentos. Por outras palavras, a criação do capital humano e social nas camadas pobres, encontra-se em situação de risco e, a sua taxa de crescimento é inferior à taxa de crescimento do capital humano nas camadas mais ricas.

O indicador sobre a proporção de crianças que entram no sistema de ensino e que, eventualmente, atingem a quinta, sexta e sétima

classes de escolaridade, é um bom indicador estrutural sobre as oportunidades de acesso ao sistema de ensino e também das condições de vida dos agregados. Acima de tudo, é um bom indicador sobre a mobilidade social via educação e acesso a um melhor emprego. A tabela a seguir apresenta esse indicador desdobrado por estatuto económico do agregado familiar e por área de localização ou residência.

O quadro mostra que, em termos de localização, o facto de se estar na região capital, Luanda, faz uma grande diferença, pois 56 crianças em cada 100 atingem a sétima classe. Já no caso das outras áreas urbanas e das áreas rurais, esse número é cerca de 32 e 35, respectivamente. Também parece ser evidente que as diferenças entre a área rural e outras áreas urbanas é quase nula o que parece indicar o mesmo nível de condições. Já em termos de rendimentos, o resultado é bastante marcante com somente 17 em cada 100 crianças pobres atingindo a sétima classe comparado com os cerca de 42 em cada 100 crianças ricas.

**Percentagem de crianças que entram a primeira classe que eventualmente atingem a quinta, sexta e sétima classes**

		% na I classe que atinge a II classe	% na II classe que atinge a III classe	% na III classe que atinge a IV classe	% na IV classe que atinge a V classe	% na V classe que atinge a VI classe	% na VI classe que atinge a VII classe	% daqueles que atinge a V classe	% daqueles que atinge a VI classe	% daqueles que atinge a VII classe
Quintis de index de riqueza	I quintil de pobreza	76	83	82,5	70,6	58,6	76,7	36,7	21,5	16,5
	II quintil	73,1	82	81,9	73,9	73,5	87,3	36,3	26,7	23,3
	III quintil	78,9	80,1	81,3	75,2	74	100	38,7	28,6	28,6
	IV quintil	80,5	83,3	88,1	80,6	78,4	88,2	47,7	37,3	32,9
	V quintil dos mais ricos	84,6	85,8	88,1	86,2	78,6	96,7	55,1	43,3	41,9
Região	Região Capital	88,9	86,6	95,4	89,1	87,9	98,6	65,4	57,5	56,7
Area de residencia	Urbana	78,7	82,9	85,4	81,4	75,2	94,8	45,3	34,1	32,4
	Rural	81,1	84,1	85,7	77,7	83,3	92,8	45,3	37,8	35,1

Fonte: MicsII2001

Outro indicador de acessibilidade ao sistema regular de ensino, é a percentagem de crianças em idade para a escola primária que de facto se encontram matriculadas. Os dados mais recentes sobre este indicador (MICSII, 2001), mostram mais uma vez que a cidade capital e outras áreas urbanas estão melhor servidas que a área rural. A desigualdade entre mais pobres e mais ricos é abismal, já que enquanto 35 em cada 100 crianças de famílias

**Percentagem de crianças com idade de escola primária que estão matriculadas no I nível**

		Matriculados
Quintis de index de riqueza	I quintil de pobreza	35,5
	II quintil	45
	III quintil	52,1
	IV quintil	63,9
	V quintil dos mais ricos	80
Região	Região Capital	63,5
Area de residencia	Urbana	63
	Rural	44,6
<b>Total</b>		<b>57,5</b>

Fonte: MicsII2001

pobres estão na escola, esse número sobe para 80 em cada 100 crianças, no caso de famílias que se encontram no patamar superior do rendimento.

Em relação aos serviços de saúde, as taxas de mortalidade infantil e infanto-juvenil (menores de 5 anos de idade), são dois indicadores que podem ser utilizados para ilustrar o nível de desigualdade social no acesso à esses serviços entre grupos de rendimentos diferentes, bem como a qualidade, numa abordagem de eficácia, destes serviços de saúde pública, que no geral, tem sido considerada calamitosa nos hospitais públicos.

A tabela a seguir reflecte estes indicadores organizados de acordo ao nível de rendimentos dos agregados familiares e a residência ou localização dos mesmos. Os resultados, de acordo ao estatuto económico dos agregados, é revelador do elevado nível de vulnerabilidade do capital humano entre agregados muito pobres, já que registam mais 83 mortes de crianças menores de 5 anos por cada 1.000 nascidas vivas que os agregados mais ricos. Este elevado diferencial entre ricos e pobres neste indicador inter-

**Indicadores de saúde**

Status dos agregados familiares		Indicadores:		Diferencial por status económico:	
		Mortalidade de infantil	Mortalidade de infante juvenil	Mortalidade de infantil	Mortalidade de infante juvenil (< 5 anos)
Quintis de index de riqueza	I quintil de pobreza	167	288	38	83
	II quintil	155	261	26	56
	III quintil	155	260	26	55
	IV quintil	141	230	12	25
	V quintil dos mais ricos	129	205	0	0
Região Area de residencia	Região Capital Urbana	150	250		
		148	245		
	Rural	155	260		

Fonte: Mics II 2001

agregados, revela um menor acesso aos serviços básicos de saúde por parte das famílias mais pobres, combinado com condições insalubres de habitabilidade, pobreza económica, acesso reduzido à informação sobre medidas de prevenção sanitária e de saúde pública, etc.. Por outro lado, os resultados da análise por localização mostra, que a diferença entre as áreas urbanas e rurais é quase nula, o que por outras palavras, vem revelar que, existe um problema estrutural de saúde pública que é independente das áreas de residência e consubstanciado na ineficácia das políticas de saúde pública.

Um outro indicador sobre o acesso aos serviços de saúde pública, está ligado com o acesso aos serviços de seguros de saúde. Em Angola, existem seguros de saúde privados cujo acesso está limitado às classes mais ricas e à trabalhadores de empresas ligadas ao enclave petrolífero e aos serviços financeiros. A maioria da população não tem acesso a um sistema de seguros de saúde.

#### 2.4.4 Urbanização acelerada

Os processos migratórios acelerados referidos anteriormente, provocaram processos de urbanização não sustentáveis, que podem em certa medida ser designados de fenómenos de inflexão da urbanização anterior. Esses fenó-

menos de inflexão ou desequilíbrios negativos dos processos de urbanização das décadas de 60 e 70, também eles processos acelerados típicos de uma rápida industrialização, foram acompanhados de desequilíbrios culturais, económicos, habitacionais e sociais. Pode-se afirmar que esses fenómenos terão contribuído, em certa medida, para os processos de empobrecimento generalizado dos centros urbanos.

Choques culturais têm sido sentidos sobre o uso do equipamento urbano, individual e colectivo, pois muita da população que ocupa o stock habitacional público, nacionalizado, não possui hábitos de convivência urbana. Assiste-se a uma rápida destruição dos activos físicos, acompanhada pela baixa ou fraca manutenção dos serviços básicos comuns. As condições de higiene deterioraram-se e com isso as condições de vida das populações, quer urbanas ou peri-urbanas. A não construção de novas habitações nas últimas décadas, levou a um aprofundamento da diferenciação habitacional das grandes cidades, que vêm crescer os seus bairros periféricos. Nesses bairros, em particular nos mais recentes, coabitam a miséria humana na forma de altas taxas de densidade demográfica, acumulação de lixo, ausência de serviços de esgotos e água potável e, taxas elevadas de desemprego e sub-emprego.

Um bom indicador da qualidade de vida, é o nível de acesso das populações à água potável. A tabela abaixo, mostra que somente uma proporção muito baixa (18%) dos agregados familiares da cidade capital, em 2001, possuía água canalizada nas suas moradias, enquanto esta proporção para as outras cidades era cerca de 11%. O recurso a outras fontes de água melhoradas descritas na tabela reforçam a ideia da existência de um baixo nível de infra-estuturação dos sistemas de abastecimento de água potável.

### Percentagem de população que usa fontes de água melhorada, 2001

Região	Região Capital	Principal fonte de água:					Total que usam fontes de água melhorada	
		Água canalizada	Água canalizada no quintal	Torneira pública (chafariz, fontenário)	Torneira do vizinho, predio	Furo com bomba		Fonte ou poço protegido
Area de residencia	Urbana	11.3	6.8	21.6	17.3	1.7	3.8	63
	Rural	6.2	5.1	16.4	14.3	6.9	14.3	70.9
Nacional		0.2	0.6	11.5	0.4	8.5	11.8	39.9
		4.3	3.8	14.9	10.1	7.4	13.5	61.6

Fonte: Mics II 2001

A ruptura dos sistemas de abastecimento de água nas cidades, levou ao aparecimento de mercados urbanos de água, onde o preço da água é superior ao preço do mercado oficial. Como uma maioria das famílias urbanas não tem acesso a água canalizada, elas recorrem a este sistema de abastecimento informal. Segundo dados do IDR de 2001, o peso do custo da água sobre os orçamentos familiares representa já, em média, cerca de 3,6% da despesa mensal destas famílias.

O acesso ao sistema de saneamento básico, é ainda, outro indicador importante de caracterização da pobreza urbana. A tabela abaixo, mostra que apenas 28 em cada 100 agregados na capital têm acesso a sistemas de esgotos, enquanto que nas outras cidades, este número baixa para apenas 18 em cada 100 agregados. Este indicador mostra de facto, um baixo nível de infra-estruturação dos sistemas de saneamento básico nas cidades angolanas, em particular nas áreas habitadas pelos pobres.

### Percentagem da população que usa meios sanitários para destruição de dejectos

Região	Região Capital	Sistema de esgotos (Pia, sanita)	Com fossa séptica e poço roto	Latrina seca, latrina com descarga manual	Total com meios sanitários de destruição
		Area de residencia	Urbana	27.6	19
	Rural	18.5	11.2	34.8	74.1
Nacional		2.2	1.3	19	25.5
		13.5	8.2	30	59.4

Fonte: Mics II 2001

O tipo de posse da terra e da propriedade habitacional urbana, constitui um outro factor de caracterização da pobreza urbana. Estima-se que a maioria da população (pobre e não pobre) não possui títulos de propriedade da terra ocupada na periferia das cidades ou das habitações.

Num estudo conduzido pelo DW (2002), 70% dos ocupantes tinha pago, segundo eles, o equivalente ao rendimento mensal duma família, por uma parcela de terra na periferia das cidades, montante esse inflacionado nos últimos anos devido à grande procura provocada pelo fluxo migratório referido anteriormente. A maioria das pessoas (93%) que afirmou ter adquirido parcelas de terra, possui documentos informais sem qualquer valor jurídico de facto, para garantir os direitos de posse de terra, o que é revelador de um alto nível de precariedade da propriedade. O que poderia ser um canal privilegiado de acesso a oportunidades de crédito bancário transformase, desta forma, em capital morto. Estima-se que uma política de outorga massiva de títulos de propriedade de terra urbana e propriedade de habitação aos cidadãos urbanos, poderia libertar milhões de dólares de capital morto que poderiam ser alocados pelas famílias pobres na produção de riqueza e geração de empregos.

As famílias pobres, usam indiferenciadamente as suas habitações como locais de habitação e locais de trabalho em 22% dos casos (IDR, 2001). Ainda segundo a mesma fonte, em Luanda 33% dos chefes de agregados haviam recorrido a lugares informalizados, tais como a rua, barracas, feiras, entrada de prédios, pracinhas ou lanchonetes, para a realização das suas actividades laborais. Esse

comportamento é invariável entre aqueles considerados pobres ou não pobres, que se dedicam a actividades de economia informal e doméstica. Este indicador, mostra as dificuldades na obtenção de espaços para a realização de negócios, incluindo preços proibitivos que os pobres não podem pagar.

### 2.4.5 Perturbações do mercado de trabalho

A caracterização dos diferentes tipos de mercado de trabalho urbano é um exercício complexo, ainda não realizado, pelo que neste contexto se pretende aflorar, simplesmente, algumas questões relacionadas com a pobreza urbana. Assim, os mercados de trabalho formais urbanos podem ser caracterizados por uma grande oferta de mão de obra não especializada, por um lado e por outro, por uma procura de mão de obra especializada. Factores como os fluxos migratórios acelerados para as cidades; o baixo nível de investimento no capital humano (individual e colectivo) através da educação formal e formação técnico-profissional; o baixo nível de investimento em sectores de economia formal não petrolífera e a consequente falta de criação de emprego, contribuem para esta situação. Uma das principais consequências desses fenómenos combinados tem sido a informalização dos mercados de emprego, dando origem ao surgimento de um forte mercado informal.

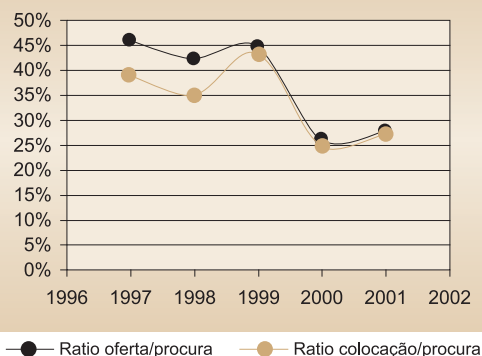
Os dados da tabela abaixo, pese embora

**Procura e oferta de emprego segundo os Centros de emprego**

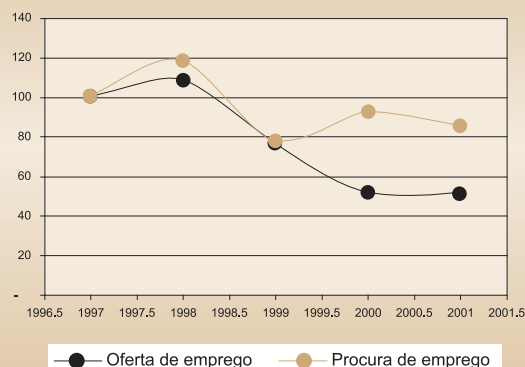
	1997	1998	1999	2000	2001
Procura de emprego	19,601	23,143	15,315	17,989	16,728
Oferta de emprego	9,003	9,748	6,847	4,661	4,630
Colocações	7,647	8,053	6,611	4,464	4,561
Ratio oferta/procura	46%	42%	45%	26%	28%
Taxa de crescimento					
Oferta de emprego	100	108.28	76.05	51.77	51.43
Procura de emprego	100	118.07	78.13	91.78	85.34
Ratio colocação/oferta	85%	83%	97%	96%	99%
Ratio colocação/procura	39%	35%	43%	25%	27%

Fonte: Direcção Nacional de Emprego e Formação Profissional - Mapess

**Evolução dos equilíbrios de oferta e procura de emprego urbano**



**Evolução do índice de oferta e procura de emprego (1997=100)**



não cobrem a extensão do problema de desemprego urbano, mostra que, de facto, a capacidade de oferta de emprego formal tem sido muito baixa. Aos centros de emprego do MAPESS recorre, normalmente, mão de obra não especializada, abundante, principalmente, entre as famílias pobres.

Os dados da tabela ao lado e os gráficos acima mostram que, a capacidade de criação de emprego tem sido, ao longo dos anos, baixa, não cobrindo, sequer metade da procura de empregos no período entre 1997 e 2001. Por outro lado, esta capacidade tende cada

vez mais a decrescer, já que no final do período em análise (2001), somente 28% dos pedidos de emprego haviam sido satisfeitos. Um outro dado importante a registar, é a redução na procura de emprego por parte da massa desempregada urbana, o que pode pressupor uma menor confiança dos desempregados na capacidade dos centros de emprego em conseguir colocações, que fica reforçada com a oferta explosiva de empregos no sector informal. Por outro lado, também pode indicar que, cada vez mais, se instalou uma relação directa entre empregador e potencial empregado, no processo de recrutamento. Os dados sobre a redução da oferta de emprego por parte das empresas, podem ser sintoma do processo anterior, mas também podem representar uma fraca capacidade de criação de emprego formal não especializado; ou seja, as empresas têm hoje menos capacidade de absorção de tal força de trabalho. Quaisquer que sejam as leituras que possam ser realizadas, o facto é que os dados mostram que os pobres urbanos, têm dificuldade na obtenção de emprego, a partir dos mecanismos da economia formal.

Uma das consequências das perturbações dos mercados de emprego é a presença de taxas elevadas de desemprego urbano que, em 2001, se situariam a volta de 46% conforme a

### Status de Empregabilidade Luanda urbana

Municípios	Status de empregabilidade:					
	Empregado		Ausente do emprego		Desempregado	
	No	% linha	No	% linha	No	% linha
Ingombotas	46,553	53	1,551	2	39,528	45
Maianga	168,338	50	11,640	3	159,529	47
Rangel	37,881	51	2,640	4	34,205	46
Sambizanga	149,168	50	8,137	3	139,518	47
Cazenga	282,333	47	24,392	4	295,929	49
Kilamba Kiaxi	127,833	50	10,653	4	116,557	46
Samba	61,097	48	3,999	3	62,804	49
Cacuaco	24,342	48	2,157	4	24,735	48
Viana	41,535	47	3,358	4	43,555	49
<b>Total</b>	<b>939,081</b>	<b>49</b>	<b>68,527</b>	<b>4</b>	<b>916,362</b>	<b>48</b>

Fonte: IDR2001

### Tem alguma profissão ou ofício ? Chefe de família

	Sim		Não	
	No	%	Count	%
Cabinda	7,854	74	2,785	26
Luanda	325,405	64	184,046	36
Lunda Norte	4,920	43	6,417	57
Benguela	52,989	47	59,799	53
Namibe	7,544	41	10,684	59
Huíla	27,120	53	23,920	47
Cunene	2,435	56	1,922	44
<b>Total</b>	<b>428,267</b>	<b>60</b>	<b>289,574</b>	<b>40</b>

Fonte: IDR2001

tabela abaixo. A análise da taxa de desemprego por municípios de Luanda, mostra que o problema é geral, sem se notar grandes diferenças entre municípios, com a taxa de desemprego a variar entre os 45% e os 49%.

### Status de empregabilidade urbana

	Status de empregabilidade:					
	Empregado		Ausente do emprego		Desempregado	
	No	% linha	No	% linha	No	% linha
Cabinda	17,396	47	5,667	15	13,802	37
Luanda	939,081	49	68,527	4	916,362	48
Lunda Norte	19,167	51	1,973	5	16,374	44
Benguela	192,476	54	15,937	4	148,317	42
Namibe	35,755	53	3,114	5	27,970	42
Huíla/Lubango	94,341	48	26,802	14	77,155	39
Cunene/Ondjiva	8,693	53	385	2	7,356	45
<b>Total</b>	<b>1,306,910</b>	<b>50</b>	<b>122,404</b>	<b>5</b>	<b>1,207,334</b>	<b>46</b>

Fonte: IDR2001

A relação de empregabilidade e estatuto de pobreza, mostra que possuir emprego não é condição suficiente para não se pertencer a uma família pobre e, o inverso, também é verdadeiro, nomeadamente, em Luanda, onde somente 26% dos empregados pertenciam, em 2001, a famílias não pobres.

Um outro indicador ilustrativo do capital humano da mão de obra urbana é a posse de uma profissão. A tabela abaixo mostra que 4 em cada 10 chefes de agregado não possui qualquer qualificação profissional. Quando a análise é estendida para toda a população eco-

tabela, que as famílias mais pobres fazem maior recurso às suas crianças para a obtenção de rendimentos adicionais do que as famílias mais ricas, pois 4 em cada 10 crianças de famílias mais pobres se encontravam a trabalhar (maioritariamente em negócios familiares) enquanto entre famílias mais ricas este número cai para metade (cerca de 2 em cada 10 crianças).

**Status de empregabilidade e status de pobreza do agregado familiar**

Luanda	Incidência da pobreza					
	Não pobre		Pobre		Muito pobre	
	No	% linha	No	% linha	No	% linha
Empregado	354,512	38	338,200	36	246,368	26
Ausente do emprego	27,970	41	22,326	33	18,231	27
Desempregado	294,318	32	344,184	38	277,860	30
Total	676,800	35	704,710	37	542,459	28

Fonte: IDR2001

nomicamente activa, então esse número sobe para 6 em cada 10 indivíduos que não têm uma profissão.

O recurso ao trabalho infantil constitui uma das estratégias de intensificação de

relação directa de uma política não estruturada de transferência de rendimentos, dos mais abastados para os mais pobres.

Em suma, os números mostram que existem sérias distorções no mercado de emprego, que a mão de obra não possui níveis aceitáveis de qualificação profissional e como tal as suas chances de obtenção de um emprego de qualidade são menores, resultando, geralmente, em salários muito baixos. Desta forma, a posse de um emprego formal não constitui garantia de não se ser pobre. Esta situação se constitui num forte impedimento ao desenvolvimento urbano e a aumentos da produtividade e rendimento das famílias.

**Percentagem de crianças (5-14) anos de idade que se encontravam a trabalhar, 2001**

		Trabalho	Trabalho	Trabalho	Trabalho	Trabalhando actualmente	
		pago	não pago	doméstico: < 4 horas/dia	doméstico: 4 ou + horas/dia		familiar (negócio ou lavra)
Quintis de index de riqueza	I quintil de pobreza	2,9	5,3	68,4	9,5	32,41	42,6
	II quintil	3,5	7,2	68,7	6,7	26,99	36,8
	III quintil	4,1	7,4	71,3	4,7	22,19	32,8
	IV quintil	2,4	6,4	72,3	3,8	19,63	27,9
	V quintil dos mais ricos	0,8	5	70,4	5,9	7,78	17,2
Região	Região Capital	1,3	3,7	66,3	3,5	14,66	20,6
Area de residencia	Urbana	2,7	5,8	69,9	5,5	14,88	24,8
	Rural	2,4	7,2	71,6	6,9	33,63	42,4
Nacional		2,6	6,2	70,4	5,9	20,34	29,9

Fonte: MicsII2001

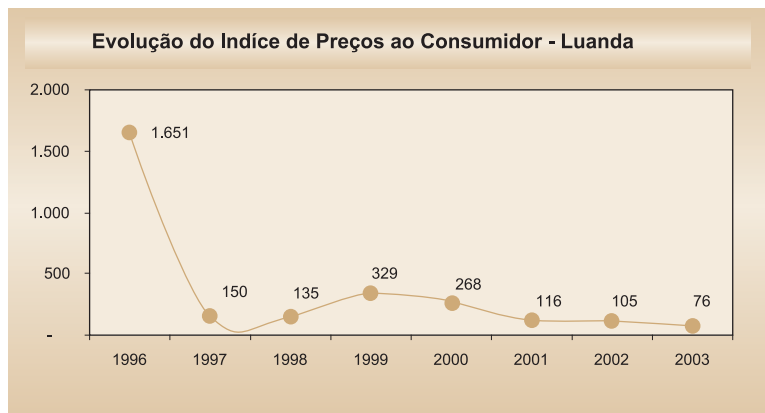
emprego entre famílias pobres, visando o aumento de seus rendimentos. Um grande número de crianças abandonam as escolas ou não atendem às aulas, para ajudar na economia do agregado familiar. Os dados da tabela abaixo mostram, claramente, que em 2001, na região capital, que inclui as províncias de Luanda, Cabinda, Bengo e Zaire, um quinto das crianças de 5 a 14 anos estavam a trabalhar. Pode-se ainda constatar a partir da mesma

## 2.4.6. Contínuos ritmos elevados de inflação

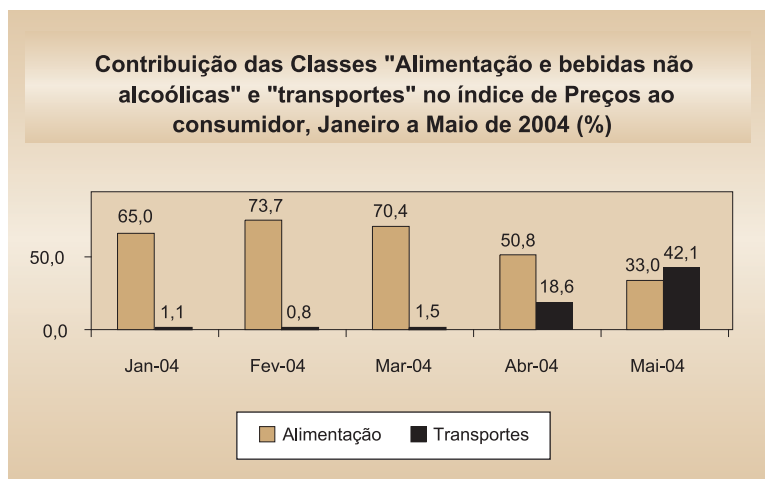
Angola registou na última década ritmos elevados de inflação, que felizmente, tem reduzido gradualmente nos últimos anos, con-



forme ilustra o gráfico abaixo. Estes níveis elevados de inflação têm tido um impacto negati-



vo sobre as famílias pobres urbanas, particularmente, aquelas cuja fonte de rendimento está fortemente dependente dos salários, funcionando como um imposto acrescido sobre a capacidade de poupança dos pobres e acelerando os processos de desigualdade social em curso nas cidades.



Apesar desta tendência decrescente nos níveis de inflação, os ritmos de crescimento da componente alimentar do índice de preços continuam a ser bastante altos, atingindo nos primeiros 5 meses de 2004, uma contribuição média ao redor dos 59% do Índice de Preços no Consumidor (IPC), o que é preocupante se

tomar-se em conta que a estrutura de despesa mensal das famílias pobres é caracterizada por uma forte proporção de despesa alimentar (estimada em cerca de 64% por mês - IDR, 2001). Por outro lado, a contribuição da componente transportes do IPC, registou no mesmo período, em resultado dos ajustes feitos aos preços dos combustíveis, um crescimento considerável, passando de cerca de 1% em Janeiro de 2004 para cerca de 42% em Maio de 2004. Ou seja, continua a persistir uma pressão significativa sobre os parcos rendimentos das famílias pobres.

### 2.4.7. Programas de combate à pobreza e exclusão urbanas

Com a transição para a democracia em 1992, a alocação de finanças públicas para os sectores sociais, particularmente, para os sectores da saúde, educação e assistência social sofreram uma quebra espectacular. Isto implicou, na prática, a destruição dos sistemas de assistência social e acesso a serviços sociais básicos, anteriormente grátis para a maioria da população, e o surgimento dos sistemas de ensino privado e de saúde privada, bem como, o aparecimento de serviços de seguros de saúde, estes relativamente mais recentes, pouco divulgados e utilizados. O facto de não se ter substituído os anteriores sistemas de assistência social por redes de segurança (safety nets) direccionadas para as camadas sociais mais desfavorecidas redundou numa forte penalização da população pobre.

O Fundo de Apoio Social (FAS), surgiu como uma proposta séria de programa de redução da

pobreza que, no entanto, se concentrou nas comunidades rurais, incidindo essencialmente, a redução da pobreza rural. Mais recentemente, o Governo com o apoio do PAM, lançou a nível nacional, um programa piloto de apoio às crianças no sistema de ensino, designado por Merenda Escolar, um suplemento alimentar diário para as crianças que atendem a escola primária pública. Este programa, se bem monitorado em termos da população alvo, constituirá um alívio importante para as crianças pobres e resultará num importante desincentivo ao abandono escolar, mais frequente entre crianças pobres.

Um programa designado de Programa de Pobreza Urbana de Luanda (LUPP), financiado pelo DFID, orçado em 6,65 milhões de libras esterlinas, está sendo implementado num período de 3 anos por três ONGs estrangeiras: CARE, DW e Save the Children Fund (SCF). Esse programa está estruturado em quatro principais projectos que visam: desenvolver sistemas de serviços de água e saneamento sustentáveis, equitativos, eficientes e replicáveis para as áreas peri-urbanas; fortalecer a capacidade das instituições de suporte ao desenvolvimento do sector informal; melhorar a capacidade das instituições locais para fortalecer a provisão de serviços para 130 mil pessoas e melhorar a segurança económica das mesmas; desenvolver e testar formas de fortalecer o acesso dos agregados mais pobres aos serviços básicos e oportunidades económicas. Segundo um relatório de progresso do referido programa, desafios ao programa envolveriam:

- \* Baixos níveis de solidariedade em certas áreas e segmentos da população, implicando a ausência ou fraca presença de comunidades de base locais que possam servir de interface com as agências de implementação do programa;
- \* A necessidade de abordar questões de sustentabilidade institucional de longo prazo;
- \* A possibilidade de surgimento de movimentos especulativos da terra urbana que podem promover a insegurança da

terra entre os pobres urbanos (ausência de títulos de terra);

- \* Desenvolvimento de abordagens viáveis de micro-finanças para os pobres urbanos num ambiente de alta inflação;
- \* Reforço institucional das capacidades dos parceiros locais;

Oportunidades identificadas pelo relatório envolvem entre outras:

- \* As componentes de micro-finanças do programa atingiram altos retornos nos seus primeiros ciclos de empréstimos não obstante os altos níveis de inflação;
- \* Existe a possibilidade de a componente de água do programa permitir a recuperação total de custos, com possibilidades de subsídio cruzado para as componentes de saneamento;
- \* Foi criado um Fórum ad-hoc de desenvolvimento de micro-empresas, grupo informal de instituições de micro-finanças, incluindo representantes de ONGs, ministérios, Banco Central e principais bancos comerciais. Este Fórum pretende promover o sector do micro crédito em Angola.

Alguns ministérios, como o Ministério Família e Promoção da Mulher, têm desencadeado projectos de micro-crédito de suporte a micro-empresários e promoção das actividades do sector informal, envolvendo um elevado número de mulheres. Contudo, haverá que reconhecer que a maioria dos programas de assistência social e humanitária dos últimos anos, estiveram direccionados, maioritariamente, para atender às necessidades das populações deslocadas rurais e, não concebidos para atacar o problema da exclusão e marginalização social urbana.

A entrada em funcionamento, nas áreas urbanas de Luanda, de outros provedores de transporte público, constitui um elemento positivo para a redução do fardo sobre a população pobre, que anteriormente não tinha outra alternativa senão o transporte colectivo informal. A oferta de mais oportunidades de

locomoção, reduz o isolamento das populações que habitam as periferias das grandes cidades, uma grande parte delas sendo famílias pobres, e permite o seu acesso a oportunidades de emprego existentes nos centros de serviços mais urbanizados das grandes urbes.

Os programas de combate à pobreza têm muitas dificuldades em ter sucesso num contexto institucional de fraca ou quase nula descentralização administrativa e financeira, que caracteriza actualmente a maioria da gestão dos municípios urbanos. Uma das características da pobreza urbana é que ela pode ser localizada no espaço, ou seja, há áreas mais afectadas que outras. A concepção, implementação e monitoria de programas locais de combate à pobreza devem ter em linha de conta a dimensão espaço.

Em resumo, pode-se argumentar que a ausência de programas de combate à exclusão social urbana mostra, em certa medida, a fraqueza institucional na criação de mecanismos formais do tipo safety nets ou outros, de combate à pobreza.

#### 2.4.8. Ruptura das instituições públicas

Algumas instituições e políticas concorrem, mais que outras, pelo seu impacto sobre a vida dos pobres urbanos e, é sobre elas que se irá fazer uma análise sucinta.

##### Níveis de desconcentração institucional

O figurino institucional de descentralização dos poderes públicos, tem impacto directo sobre os canais através dos quais as políticas públicas atingem os cidadãos. A gestão da acessibilidade a programas de formação técnico-profissional, outorga de habitação, pagamento de impostos locais, gestão de programas de benefícios, funcionam melhor quando as administrações e serviços públicos se encontram, funcionalmente, perto dos cidadãos. Isto

é, particularmente, importante quando mais se tratar da gestão de programas sociais.

Os níveis actuais de descentralização administrativa são baixos ou quase nulos e só recentemente se está a fazer um esforço para uma desconcentração de poderes e recursos para o segundo nível da administração pública, que são os municípios. A título de exemplo, alguns dos municípios urbanos da capital do país possuem uma população estimada acima de 250 mil habitantes, e não obstante isso, não possuem uma capacidade local de gestão financeira, porquanto, os recursos alocados à província estão centralizados no poder provincial, que até à relativamente bem pouco tempo, era a única unidade orçamental. Actualmente, os municípios não têm acesso a recursos orçamentais próprios e, como tal, a experiência de gestão orçamental destes, é nula. Por outro lado, os mecanismos de controlo da gestão local são inexistentes ou reduzidos. As eleições do poder autárquico, que poderiam constituir um reforço institucional do controlo da despesa local, ainda não ocorreram. Num quadro institucional pouco favorável a uma relação directa do poder público com o cidadão, fica difícil promover uma política de prestação de contas e responsabilização pelo sucesso ou insucesso de quaisquer projectos públicos, em particular, de combate à pobreza.

##### Instituições de Sistemas de acesso à terra

Estudos levados a cabo, demonstraram que os sistemas formais de acesso à terra não têm capacidade de dar resposta à demanda de terra urbana. Eles implicam por parte dos pobres urbanos, o conhecimento da lei e mecanismos burocráticos, envolvem custos transacionais elevados, exigem padrões de construção relativamente caros, representando um peso financeiro sobre os agregados pobres. Como resultado da inadequação institucional, emergiram nos centros urbanos sistemas informais de acesso à terra, a que as populações urbanas pobres têm acesso. Assitiu-se a um processo de informalização institucional em que a segurança formal, de jure, da

posse da terra não tem lugar, sendo substituída pela segurança de facto, fruto da existência de mecanismos informais de minimização e resolução de conflitos.

O débil estado de desenvolvimento institucional, ligado às questões de acesso e posse de terra, leva a que aos pobres urbanos seja negado um mecanismo de acesso ao crédito bancário, que teria a propriedade da terra como garantia de pagamento dos empréstimos. Como se pode observar, isso coloca-os em desvantagem com relação aos não pobres urbanos, que em maior grau têm acesso aos dois tipos de segurança de posse da terra e daí,

#### Segurança da posse da terra urbana

	Agregados Urbanos:	
	Pobres	Não pobres
Tipo de segurança:		
De Jure	-	+++
De Facto	+	++++
Garantia da terra contra empréstimo	Não	Sim
++++ alta	- Nula	

a capacidade de accionar outros mecanismos de acesso ao crédito.

Para a situação actual concorreram a inadequação das políticas de terra, os sistemas legais, os sistemas de gestão e monitoria e as estruturas institucionais. Estas últimas não estavam preparadas para responder aos choques demográficos que as áreas urbanas sofreram nos últimos anos. Por exemplo, a filosofia centralizadora e administrativa corrente em que somente o Governo de Luanda (DW, *ibid*) tem o direito de ceder terrenos, aliena as administrações municipais, e nisso a possibilidade de criação de mecanismos institucionais de gestão da terra e conflitos derivados, na comunidade. Já em Benguela, segundo o mesmo estudo, as administrações municipais têm uma maior autoridade e decisão o que aponta para níveis mais elevados de gestão da

crise urbana dos seus municípios urbanos.

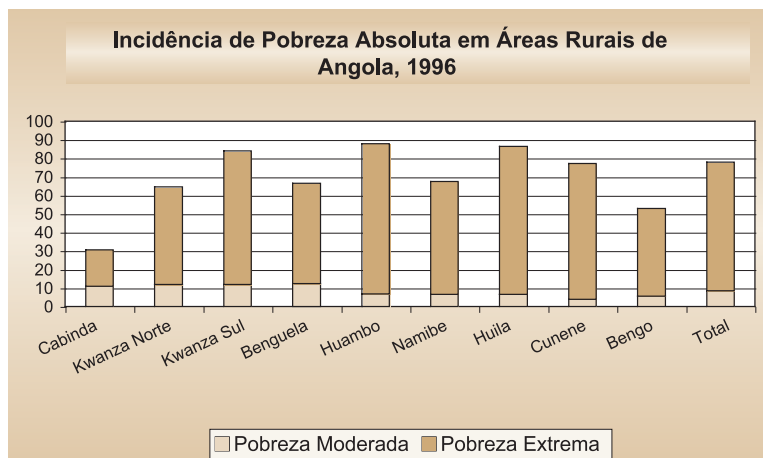
## 2.5 Contribuição para a caracterização da pobreza rural

O conhecimento actual sobre os níveis de pobreza rural e suas principais características é limitado, devido essencialmente, à falta de dados actualizados, uma vez que o país esteve mergulhado numa guerra civil, durante as últimas 3 décadas que manteve um certo isolamento das suas áreas rurais. Contudo, alguns estudos esporádicos foram realizados, dentre os

quais o mais abrangente, tanto do ponto de vista da variedade de dados recolhidos como do número de províncias cobertas, foi um inquérito realizado pelo MINADER com o apoio da FAO, em Outubro de 1996. Com base nos dados disponibilizados por este inquérito, um estudo foi realizado pelo PNUD, em 2000. Neste estudo, visando o estabelecimento de uma base de comparação entre a incidência de pobreza nas áreas urbanas e rurais, uma linha de pobreza absoluta foi

determinada, utilizando a mesma metodologia adoptada pelo INE na determinação da linha de pobreza urbana a partir dos dados do Inquérito IPCVD de 1995.

De acordo a estes dados, ilustrado no gráfico acima, no cômputo das 9 províncias cobertas pelo inquérito, cerca de 78% dos agregados rurais eram pobres, dentre os quais 70% eram extremamente pobres. Considerando o contexto que se instalou nos anos que se seguiram, caracterizado com o recrudescer do conflito militar, a intensificação do isolamento das áreas rurais do resto do país, tanto devido a insegurança humana exacerbada pelo próprio conflito como pela destruição de infra-estruturas de comunicação (pontes e estradas), e da explosão migratória da população rural para as cidades, 2 cenários sobre a evolução nos níveis de pobreza, entre a população rural, se desenham:



\* Em primeiro lugar, a população rural que se refugiou nas áreas urbanas, muito provavelmente, continuou em situação de pobreza extrema engrossando o grupo dos extremamente pobres urbanos, como, aliás, dados mais recentes o provam (a incidência de pobreza extrema nas áreas urbanas duplicou entre 1995 (13%) e 2000-01 (26%), segundo dados do IDR 2000-01; Este argumento sustenta-se no facto de que a população rural, ao chegar nas grandes cidades capitais de província, teve de adaptar-se a novas formas de vida e, sobretudo, competir com a população residente por um mercado de emprego de reduzida oferta, incentivando a informalização do mercado, que por sua vez atingiu níveis de saturação, que reflectiram num substancial abaixamento do nível de rendimentos daqueles empregados neste sector.

\* Em segundo lugar, a população que permaneceu nas áreas rurais, muito provavelmente, viu as suas condições de vida a se degradarem substancialmente, uma vez que os factores identificados, neste estudo e noutros similares realizados em outros países da África Sub-sahariana, como determinantes da pobreza rural continuaram a persistir, tendo até se deteriorado, nalguns casos. Por exemplo, o argumento de que a actividade laboral, é principal bem que

os pobres rurais possuem, é praticamente consensual. Contudo, a falta de acesso adequado ao crédito, infra-estruturas básicas, e a um mercado competitivo, para além de um reduzido acesso a terra arável, funcionam como factores de desincentivo a actividade agrícola familiar. Outros factores identificados neste estudo como possíveis catalisadores da pobreza nas áreas rurais, são, a idade do chefe do agregado (quanto mais velho for o chefe do agregado, maior é a probabilidade do agregado ser pobre), o analfabetismo entre os homens (quando o chefe do agregado do sexo masculino não sabe ler nem escrever maior é a probabilidade do agregado ser pobre), o número de dependentes no agregado, e o facto do chefe do agregado ser do sexo feminino e trabalhar no campo.

Curiosamente, os principais resultados de outros estudos, estes com uma abordagem mais qualitativa, vêm demonstrar que a própria população rural partilha desta óptica. Num estudo encomendado pelo PNUD, no quadro da elaboração do presente relatório, quando instados a identificar a sua percepção sobre o conceito pobreza, os agregados entrevistados, consideraram-na como “a falta de terra ou meios para trabalhar a terra ou criar gado”. Noutra questão, que pretendia identificar quem eram os mais pobres na comunidade, as respostas incidiram “nos mais velhos e nas mulheres”.

Um outro estudo, realizado no quadro da elaboração da Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) do Governo de Angola, e elaborado pela AMA - uma ONG local, e pelo FAS - Fundo de Apoio Social, em 2002, vem reafirmar que, na percepção local, “as características mais importantes da pobreza rural, são a falta de inputs e factores de produção, a falta de oportunidades de trabalho, dificuldades de acesso aos serviços sociais, degradação do capital social e pobre defesa dos direitos de cidadania”. Entre os principais factores de empo-

brecimento, as comunidades rurais entrevistadas, identificaram: os movimentos migratórios das populações; o tempo e o período em que as famílias regressaram às suas áreas de origem; ausência nos agregados familiares de homens com força de trabalho activa; trocas comerciais injustas entre os agricultores e os intermediários ou retalhistas; acesso limitado a parcelas de terra aráveis; degradação dos meios de comunicações e estradas; alta taxa de morbilidade - mortalidade e baixo nível de escolarização. A falta de bilhetes de identidade foi também apontada, em alguns casos, como um factor de empobrecimento, sob o argumento de que a população nestas zonas depende da produção agrícola para sobreviver e gerar rendimentos, pelo que a evacuação dos produtos para os mercados é fundamental. Por não terem bilhetes de identidade, os camponeses vêem-se obrigados a vender os produtos à intermediários por um valor dez vezes menor que o valor real, porque se forem até aos mercados junto das cidades, arriscam-se a serem presos ou molestados pela polícia, por não terem documentos.

## Conclusão

O estudo sobre a pobreza urbana mostra que ela não pode ser explicada, unicamente, como resultado de falha económica, particularmente, no que concerne a promoção do crescimento económico, mas reflecte em larga escala, fluxos migratórios acelerados das áreas rurais para as urbanas. No caso concreto de Angola, a cidade constituiu-se, até bem recentemente, não como uma oportunidade imediata para a melhoria do bem estar material das populações, mas antes, o mecanismo básico de segurança física. A oportunidade de transformação das cidades em lugares de mercado, onde a indústria poderia ter funcionado como um motor de crescimento, está a ser perdida pela ausência de políticas públicas de curto e médio prazos; pelo baixo nível de governabilidade pública; pela existência de uma estrutura de governação, ainda bastante concentrada, e pela fraca ou nula provisão de serviços públicos de qualidade aceitável. Pelo contrário, poder-se-á sim dizer, que a falta de desenho de políticas públicas urbanas adequadas, é cada vez mais, importante na reprodução da

pobreza urbana.

A pobreza rural, apesar do conhecimento ainda limitado, é reflexo de quase três décadas de guerra civil, que isolou grandes extensões da área rural do país, fragmentando os mercados agrícolas e enfraquecendo os sistemas de comércio rural. Por outro lado, a fuga massiva das populações rurais para as cidades, retirou do campo a sua força de trabalho mais activa, que combinada com a redução, em alguns casos, do acesso a terras aráveis, devido a insegurança, culminou com uma drástica redução dos níveis de produção agrícola. Para inverter este quadro é fundamental que as autoridades considerem uma parceria forte com as igrejas, o sector privado, no sentido de se melhorar a oferta de serviços sociais básicos, incluindo água, saneamento, educação básica, e o relançamento da produção agrícola.